

A ditadura militar e a face maternal da repressão

Rosemeri Moreira*
Cristina Scheibe Wolff**

Resumo: este texto discute a utilização do gênero na construção da imagem da policial militar, no momento de inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná na década de 1970 e na prática das policiais paulistas na década de 1960. A construção da mulher policial militar faz parte das práticas repressivas duplamente: ao se contrapor/sobrepôr e impor às mulheres que ingressam na corporação policial a contenção de si, com base num ideal de feminino, e principalmente pela utilização dessa imagem na construção de uma auto-imagem humanitária no contexto ditatorial.

Palavras-Chave: Ditadura Militar, Gênero e Polícia.

Este artigo pretende analisar as questões de gênero relativas à entrada de mulheres nas Polícias Militares de São Paulo e Paraná, frente às práticas repressivas adotadas pela Ditadura Militar Brasileira. Entre os anos de 1964 e 1985 muitas pessoas foram presas no Brasil, enquadradas na Lei de Segurança Nacional, ou simplesmente seqüestradas. Embora o comando dessas operações que incluíam o uso sistemático da tortura, assassinatos e outras “técnicas” de “inteligência” estivesse com as Forças Armadas, as Polícias militares e civis dos estados participaram ativamente das atividades político repressivas.

Nascida para demonstrar uma face mais humana e “maternal” da Polícia Militar a Polícia Feminina constitui um paradoxo de gênero. Num primeiro momento a incorporação de mulheres nestas corporações até então exclusivamente masculinas, foi pensada no sentido de reforçar os estereótipos ligados ao feminino e ao masculino. As policiais tinham por função declarada ajudar crianças e

Abstract: This paper discusses the use of the gender in the construction of the image of the military police at the time of inclusion of women in the Military Police of Paraná State in the 1970s and the practice of paulistas's police in the 1960s. The construction of military woman police is part of the repressive practices twice: as they oppose/superimpose and impose on women who join the police the control the corporation itself, based on an ideal of women, especially the use of the image in the construction of a self -image in the humanitarian dictatorship.

Key words: Military dictatorship, Gender and Police

“A polícia feminina usa o coração como arma”

idosos, criar uma melhor interface da polícia com mulheres vítimas e/ou agentes de violência e ainda representar a polícia em momentos oficiais. Isso em um momento em que a repressão a movimentos políticos de esquerda ou contestação estava em seu auge e os militares representavam o supra sumo do poder no Brasil e em vários países da América do Sul.

Por outro lado, através deste mesmo ato político de Criação do Corpo de Policiamento Feminino, mulheres acedem a uma instituição antes exclusivamente composta por homens, uma instituição militar. Símbolo da diferença hierárquica entre os sexos, o militar/militarismo, se traduz como um espaço eminentemente masculino, baseando-se na capacidade para a guerra, para a ação, para a violência – atribuições constituintes da virilidade² e conseqüentemente vedadas às mulheres. Segundo Audoin-Rouzeau, nas sociedades ocidentais um interdito antropológico “afasta o corpo das mulheres do porte das armas”³ e do combate militar. Talvez por isso mesmo fosse tão importante destacar o tempo todo a feminilidade das

* Doutoranda Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina rosemeri_moreira@yahoo.com.br

** Coordenadora do Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina cristiwolff@gmail.com

¹Fiúza, Jannete Ribeiro. Junho/1977. Em entrevista a imprensa curitibana. Comandante do Corpo de Policiamento Feminino da PMSP. Acervo Museu da PMPR – Pasta de recortes de jornais.

²BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

³AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Massacres: o corpo e a guerra. In: CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges; COURTINE, Jean-Jacques. História do corpo. As mutações do olhar: o século XX. Vol III. 2. ed. Editora Vozes, 2008. p. 414.

policiais.

Pensar as práticas repressivas da ditadura militar brasileira e as relações de gênero coloca em foco reflexões sobre a Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMSP e sobre a Polícia Militar do Estado do Paraná – PMPR, uma vez que nesse momento as imagens auto-referidas dessas instituições se encontram imbricadas na construção discursiva da idéia de um feminino relativo às mulheres policiais o que se intensifica no período ditatorial.

A participação de mulheres no aparato repressor parece ser ainda um dos tabus na historiografia sobre o período ditatorial. Os temas gênero e polícia tornaram-se objetos de pesquisa acadêmica recentemente e são ainda relativamente poucos os estudos culturais sobre as mulheres policiais. Mesmo assim, no caso brasileiro ao longo da década de 1990 a produção acadêmica registra algumas referências as policiais em áreas diversas de estudo⁴ e no âmbito das agências de fomento, a Fundação Ford patrocina grupos de pesquisas em um grande projeto: “Mulheres policiais: impactos da participação feminina nos quadros das polícias militares brasileiras”, sob coordenação de Barbara Musumeci Soares, com apoio de sub-coordenações regionais de Leonarda Musumeci, Lourdes Bandeira (UnB) e Marcia Esteves de Calazans (UFRGS), com atividades ao longo de 2003 e 2004⁵.

Havia mulheres policiais no Estado de São Paulo deste o ano de 1955 com a criação do “Corpo de Policiamento Feminino”⁶. Esse grupo de policiais foi agregado às demais polícias – Guarda Civil, Força Pública e a Polícia Marítima e Aérea, em 1970, dando início a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nesse caso o surgimento da própria PMSP levada a cabo no período ditatorial é que insere mulheres e homens em uma mesma instituição policial, pois até então a inclusão de mulheres se dava em uma organização em

separado, permanecendo, no entanto, a atividade das policiais como um tipo de policiamento específico⁷ e fisicamente dividido. No caso paranaense foi no período ditatorial que foi criado o “Policiamento Feminino” – segundo do país – próximo ao surgimento da própria PMPR⁸. Os demais estados incorporaram mulheres em seus quadros a partir de 1982, após a derrota fragorosa da direita nas eleições estaduais marcando o início do período de redemocratização. As denominadas Polícias Militares das unidades federativas que existem nos dias atuais, surgiram no período da ditadura militar no Brasil como parte de um programa de reestruturação e controle das Forças Policiais por parte das Forças Armadas, principalmente o Exército Nacional, a partir de 1969⁹. As diversas polícias existentes nos Estados foram agregadas formando os dois grupos atuais: a Polícia Civil que permaneceu com a função de polícia judiciária e as demais polícias que foram¹⁰ agregadas em uma nova corporação denominada Polícia Militar com a função repressiva/preventiva de “mantenedora da ordem pública”. As Forças Policiais e os Corpos de Bombeiros existentes nos Estados, Territórios e Distrito Federal são reorganizados e submetidos ao controle dos Comandantes do Exército das respectivas Regiões Militares. Período de intensificação das estratégias de estruturação do aparato repressivo identificado como “anos de chumbo”, tem-se como parte dessas medidas a criação das Polícias Militares estaduais subordinadas à IGPM – Inspetoria Geral das Polícias Militares vinculada ao Ministério do Exército.

Compartilhamos da idéia de Suzeley Kalil Mathias que: “militarização é algo muito maior e mais duradouro do que a simples ocupação de cargos, embora este seja um de seus mecanismos”¹¹ mas que se apresenta principalmente como a introjeção do *ethos* militar das Forças Armadas, voltada à construção de uma

⁴Ver: MENELI, P.R. *A construção do gênero feminino e a alteração de seu papel social*. 1991. (Mestrado em Criminologia)–PUC–Porto Alegre, 1991; MAIA, L. R. *Polícia feminina: perfil e ambigüidade da mulher militar na organização: assistência ou repressão?* 1993. Dissertação–Administração, PUC-SP, 1993; CONSUL, J. C. *Estilo de comando das oficiais da Brigada Militar da região metropolitana de Porto Alegre*. 1999. Dissertação – Administração) UFRS – 1999.

⁵Projeto que se desdobra também no livro publicado por SOARES, Barbara; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais. Presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. 307 p. e diversos artigos CALAZANS, , Márcia Esteves de. A Constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, Euduct – Pelotas, v. 2, p. 147-172. 2003, entre outros.

⁶SÃO PAULO. Decreto-Lei n. 24.548, de 12 de maio de 1955.

⁷A partir do ano de 2000 é que deixa de existir oficialmente na PMPR a tipificação “policiamento feminino”, mesmo que a atividade desempenhada por mulheres na corporação policial logo após sua implantação houvesse ultrapassado a dicotomia do gênero.

⁸Ver MOREIRA, Rosemeri. *Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope*: a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná: 1970-1981. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá – PR, 2007. Sob orientação Dra. Hilda Pívoro Stadnik. Até fins da década de 1980 as polícias militares dos estados incluíram mulheres em seus quadros e iniciaram a abertura de editais para as a inclusão das Bombeiras Militares.

⁹Decreto-Lei n. 667, de 02 de julho de 1969.

¹⁰Existiam diversas organizações policiais que variavam, em numero e em função, de um Estado para outro. Em São Paulo existiam: Polícia Civil, Guarda Civil, Força Pública, Guarda Marítima e Aérea e o Corpo de Policiamento Feminino.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação na administração federal das comunicações e da educação – 1963/1990*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. p. 25.

¹¹MATHIAS, op. cit.

burocracia eficiente, à idéia de construção de potência, expandindo o ideal militar para outros âmbitos. Entende-se esse momento como sendo de militarização das polícias, por parte do Exército, o qual insere a tecnocracia no interior das mesmas. Entretanto, é importante salientar também a latente preocupação com a representação numérica que o efetivo policial colocava: grupo considerado como o único possível de fazer frente às Forças Armadas¹². O controle direto por parte do Exército sobre esse efetivo configura-se como uma questão de estratégia militar, e a reorganização das polícias estaduais como uma questão burocrática, ambas voltadas ainda à idéia da superioridade do *ethos* militar, como apresentado por Celso Castro¹³, ao entrar no campo “militar”, o indivíduo “muda de mundo”, e isso se produz em seu corpo, hábitos e rotinas:

A entonação da voz clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa 'densidade' corporal – tônus muscular, relação peso x altura equilibrada, uma noção rígida de higiene corporal –, usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio [...]. O senso de honestidade e 'retidão' de caráter; a preocupação com as causas 'nobres e elevadas' [...]; o espírito de renúncia e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia [...], uma vida levada ao ar livre, saudável, mais natural.

Essas diferenças entre civis e militares enfatizadas nas palavras de um ex-Comandante Geral da PMPR no período ditatorial, General da reserva do Exército Brasileiro:

[...] o próprio movimento militar e civil também que em 1964, cujo objetivo era o desenvolvimento nacional e com segurança. [...] as Polícias Militares teriam prioridade em ser melhoradas [...]; essa era a intenção em elas (*as polícias militares estaduais*) serem comandadas por oficiais do exército. [...] aquela era uma época de luta contra o comunismo, havia guerrilha urbana, mas

principalmente rural e, diversas PMs inclusive a nossa como no vale da Ribeira foram empregadas nessa luta. [...] desejo de aperfeiçoar, de melhorar, de desenvolver, de tornar mais operacional mais competente a corporação [...]. Essa era uma das nossas missões que nós julgamos que cumprimos muito bem. Isso sem falsas modéstias, eu ousou dizer que as PMs devem muito ao exército. Durante esse período que foram 20 anos, a presença desses coronéis. Um dos aspectos que nós mudamos muito, e isso nos chocou bastante no início, o policial militar àquela época tinha muita consciência dos direitos que eles tinham. E, e muita pouca consciência dos deveres é completamente diverso a um oficial do exército. Nós somos educados a pensar primeiro nos deveres e não pensar nos direitos. É difícil um civil entender isso, mas é uma vida. [...] No exército, a gente recebe missão, cumpre, não discute¹⁴.

Nas palavras do general, “melhorar” as polícias e demais setores da vida pública, militarizar as polícias estaduais, levar para o interior do estado sua atuação, aumentando o contingente operacional e a eficácia associada à burocratização, eram tarefas primordiais a cargo dos militares, os quais se veem moralmente investidos para tanto. E, do mesmo modo, transformar o policial militar em servidor da Pátria, que, tal qual seus pares no Exército, precisava desvestir-se da idéia de possuir direitos numa missão acima de tudo patriótica.

Ao analisarmos aspectos de gênero envolvidos na presença de mulheres nas Forças Policiais Militares, no período da Ditadura deslocam-se dois vieses principais: a construção discursiva das leis, diretrizes e decretos que incidem sobre as policiais com a finalidade de normatizar, delinear e delimitar o corpo de mulheres no interior da instituição policial a partir da idealização de um “feminino” a elas imputado como inerente, e a utilização dessa imagem como representante e representativa da própria corporação, o que foi acentuado no período ditatorial. Os enunciados discursivos da pioneira legislação paulista de inclusão de mulheres na função policial, foram repetidos com pequenas modificações, na forma e não no conteúdo, nas co-irmãs estaduais no decorrer dos demais

¹²No caso paranaense, por exemplo, havia em 1970 um contingente de 11.357 policiais (Revista “Miliciano”, jul/77 p. 12. O contingente previsto e aprovado no período para a PMPR era de 14.000) ao passo que na 5ª. RM o efetivo do Exército não passava de 2.500 homens (segundo Entrevista 3B. Curitiba...: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (54 min.).

¹³CASTRO, Celso. *O espírito militar*: um antropólogo na caserna. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 34. O processo intenso de socialização profissional militar é um exemplo de caso-limite em que o indivíduo “muda de mundo”, o que contribui para o distanciamento entre os militares e o mundo civil.

¹⁴Entrevista 3B. Curitiba: 14 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (54 min.).

processos de inclusão de mulheres.

Considerando que no vasto complexo e multifário campo das atividades policiais há setores que pela sua **natureza**, reclamam tratamento preventivo e repressivo especial, e que **a atuação da mulher pela sua formação psicológica peculiar**, se mostra particularmente eficaz e vantajosa.” [...] Art 1º. Parágrafo único: A esse Corpo serão atribuídas tarefas de Policiamento às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste o trabalho feminino em razão de sua **formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres**¹⁵.

A maternagem pensada como inerente a mulheres foi a base discursiva de sua inserção nesse espaço até então considerado viril e sinônimo de masculinidade. Ao se reafirmar a idéia de que as mulheres teriam uma natureza feminina marcada na “formação psicológica peculiar” possibilitaria um melhor com menores e outras mulheres, tenta-se construir/reconstruir uma imagem de polícia mais preventiva e menos repressiva. O governo militar no Brasil ao agregar essas diversas polícias inseriu modificações¹⁶ no que tange a carreira e ao status das policiais ocasionando na caserna um desconforto visível. No caso de São Paulo:

[...] lá no início da década de 1970, na Academia de Polícia do Barro Branco, as policiais femininas foram fazer um curso de adaptação em razão da unificação das diversas policias de São Paulo. [...] quando as policiais femininas iam fazer educação física no pátio interno da academia, todas as janelas deviam ser fechadas, para que nenhum aluno conseguisse ver a atividade das policiais. [...] outra vez, logo pela manhã, chegou a Cel Hilda, 'full', e quem comandava era um tenente coronel, e como manda a hierarquia e a disciplina, a tropa de alunos teve que prestar continência a Cel. Hilda, fato que provocou um choque em todos. Na época não havia mulheres lá, nem faxineiras, havia apenas as mulheres que lavavam a roupa de alguns alunos e só¹⁷.

Devido ao tempo de serviço prestado anteriormente as policiais incorporadas a novíssima PMSP, passam a possuir prerrogativas de responsabilidade e mando que as graduações e postos autorizam na hierarquia militar: passam a ser “sargento”, “tenente”, “capitão”, “major” e “tenente-coronel”. Esses constrangimentos são esporádicos, uma vez que a seleção, o treinamento, e o trabalho das e dos policiais continuam pensados e efetivamente separados pela lógica binária do gênero, entretanto conseguem desestabilizar o espaço simbólico da caserna.

Além dos critérios de seleção¹⁸ para ocupação do cargo de policial, foi acrescentado no período ditatorial para todos os ingressantes o seguinte ítem: “Não registrar antecedentes criminais e político-sociais e estar em gozo dos direitos políticos. Possuir temperamento adequado ao exercício da função policial apurado em exame psico-social.”¹⁹

Nos recortes de jornais, revistas e fotografias existentes na Biblioteca e Museu de Polícia Militar em São Paulo, é perceptível uma intensificação da utilização da imagem preventiva/maternal totêmica das mulheres policiais em fins da década de 1960. Triplica a quantidade nessa tipologia de fontes da referência a essa imagem maternal. Michael Kimmel afirma ser este o duplo dilema imputado às mulheres quando adentram nas corporações militares, elas “están sujetas a encarar el doble dilema del 'tokenismo': ser hipervisibles en tanto que miembros de su grupo e invisibles en tanto que individuos”²⁰. Sobre a produção dessas fontes é importante lembrar que nesse contexto foi inserida na estrutura organizacional das corporações policiais militares a denominada 5ª Seção (PM/5) Assuntos Cívicos, - atualmente chamada de Relações Públicas - a qual produz pautas e/ou notícias encaminhadas a imprensa: produção de releases, fotografias e até vídeos a serem veiculados nos meios de comunicação. Além disso, é ainda encarregada pela seleção e arquivamento de notícias relativas à corporação que são veiculadas na mídia. Seção responsável em dar visibilidade à imagem que a Polícia faz de si: buscando, produzindo, selecionando e arquivando, inserida dessa

¹⁵SÃO PAULO. Decreto n. 24.548, de 12 de maio de 1955. Sem grifo no original.

¹⁶SÃO PAULO. Decreto-Lei n. 217, de 8 de abril de 1970.

¹⁷Entrevista anônima Apud SOUZA, Renata Dias. Policiamento Feminino em São Paulo. CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2009.

¹⁸“(…) Ser solteira; ou viúva sem encargos de família” este se apresenta como um critério exclusivo as mulheres nas legislações construídas em 1955. A partir de 1956 é acrescentado: “ser solteira, viúva ou desquitada, sem encargos de família e, neste último caso, quando o desquite tenha sido amigável ou não resultante de falta grave atribuída à esposa de acordo com decisão judicial”. SÃO PAULO. Decreto-Lei n. 26.967, de 10 de dezembro de 1956.

¹⁹SÃO PAULO. Decreto-Lei n. 168 de 10 de dezembro de 1969. BRASIL. Com base no Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.

²⁰Apud BOBEA, Lilian. Entre el escudo de Minerva y el manto de penélope: la feminización del servicio militar en el Caribe, una practica dicotomizada. In: RESEARCH AND EDUCATION IN DEFENSE AND SECURITY STUDIES, 6., 2003, Santiago. Anales... Santiago: Center for Hemispheric Defense Studies, 2003. p. 28-30.

forma num processo circular de informações, uma vez que esta seção produz eventos e notícias para publicação na imprensa e arquiva o que foi publicado como testemunho factual de uma realidade construída. Os recortes jornalísticos que fazem parte do acervo do Museu da PMPR e da PMSP demonstram a ausência de um método arquivístico elaborado, pois uma parte significativa encontra-se sem data, nome do jornal, número de página, com palavras cortadas etc. Na maioria dos casos, não é possível distinguir quais as zonas privilegiadas pela distribuição da imagem. Entretanto, isso não impede a utilização dessas fontes, uma vez que nossa preocupação não é diretamente a construção do gênero na imprensa escrita, mas entender como a instituição policial se utiliza e reutiliza de representações da imprensa como fonte testemunhal de uma verdade já declarada em seu próprio discurso construtor da auto-imagem e da memória oficial. Importante assinalar ainda que várias fotografias produzidas pela 5ª Seção estão estampadas em jornais diversos e em períodos diferentes (como é o caso da foto 3).

Nos recortes de jornais, fotografias e revistas arquivados o foco é a função protetora/maternal tanto da PMSP - com ênfase na segunda metade dos anos 60 - quanto da PMPR na década de 70, momento em que as mulheres começam a fazer parte da corporação. As manchetes, reportagens e fotografias retratam de forma recorrente o cuidado com o outro: a infância protegida/desprotegida; o amparo aos imigrantes vindos do interior do estado; o combate a prostituição com a proteção das moças ingênuas.



Foto 1: Jornal Notícias Populares – 13/01/1968.
Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP

As fotografias noticiam as policiais acompanhadas de crianças de várias idades perdidas e/ou abandonadas; famílias inteiras nos bancos de rodoviária; idosos, mulheres grávidas e pobres em geral: “Polícia Feminina cuidará da travessia de pedestres”, “Carlos Almir - doméstica deixou filho na casa de uma amiga e sumiu”²¹; “Objetivos da Polícia Feminina: a mulher, a criança e o ancião”, a qual trás como sub-manchete: “Amparo aos infelizes que chegam de todas as partes do país é um dos aspectos importantes do trabalho da nossa Polícia Feminina”; “Doméstica mandada embora não tem lugar para viver com a filhinha”, e muitas outras. Em todas as cenas a postura corporal das policiais acolhe aqueles que expressam alegria, espanto, dor, medo e tristeza: bebê ao colo; de mãos dadas com as crianças maiores; mãos nos ombros dos adultos, sorrindo segura e ternamente.

²¹ Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP. NOTÍCIAS POPULARES, 11 de junho de 1964.



Foto 2: Pasta de recortes sobre as policiais. Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP



Foto 3: ÚLTIMA HORA, 08 de 11 de 1966. Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP.



Foto 4: Condução ao albergue. 1978. PMPR Acervo pessoal Sargento Belmair Maximiano de Lima.

Em reportagem de capa na *Times of Brazil*²², fotografias e manchetes declaram: “Please find my mummy”; “Everything being done to help this poor mother and child”, seguindo um texto de três páginas o qual relata histórias de reencontro entre mães e filhos, proporcionados pelas policiais femininas.

Além dessas imagens veiculadas na imprensa e que nos chamam a atenção ao enfatizarem o caráter protetor da Polícia Militar é possível através das correspondências oficiais, muitas de caráter reservado, verificar atividades desenvolvidas pelas policiais que as colocam como parte ativa do empreendimento da repressão política, aqui entendida de forma ampla. No ano de 1966, em

Seminário sobre Direitos Humanos realizado na capital federal e organizado pelas Nações Unidas, a Comandante da Polícia Feminina Cel. Hilda Macedo, à época vice-presidente no Brasil da “Internacional Federation Of Women Lawyers”, com sede na Austrália, é indicada por essa organização internacional como sua representante e observadora²³ e as despesas de sua participação (transporte, alimentação e estadia) foram pagas pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo²⁴.

Uma foto, dentre tantas, existente na Biblioteca e Museu de Polícia da PMSP é emblemática dessa relação paradoxal.

Produzida em 1968, no centro da cidade de São Paulo, a fotografia se encontra em álbum histórico sobre as policiais e também está ampliada em quadro: no plano de frente doze mulheres lado a lado, trajando em azul escuro saia-calça e sobretudo, botas de cano alto, portando quepe e bolsa de couro conversam entre si distraidamente.

Ao fundo: no canto superior à esquerda dois tanques de guerra enfileirados na profundidade da foto, enquanto policiais do pelotão de choque (homens) e soldados do exército se movimentam à direita. O corpo das mulheres policiais marca o território, conquistado, ou a conquistar, e estabelece a quebra da virilidade do combate entre os grupos opostos, suavizando o olhar que incide atrás da objetiva.



Foto 5: Centro de São Paulo - PMSP. 1968. Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP

²²TIMES OF BRAZIL, vol. XLVIII n. 2 June, 1966. Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP.

²³Carta de Viola Schmit, presidente da Internacional Federation Of Women Lawyers para Hilda Macedo. Acervo Biblioteca e Museu de Polícia Militar da PMSP. Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP.

²⁴POLÍCIA FEMININA. Ofício PF n. 190, de 25 de julho de 1966. Acervo Museu e Biblioteca de Polícia da PMSP.

Com relação à PMPR, a inclusão de mulheres na corporação se dará no período ditatorial e a ele relacionado. A justificativa simbólica dessa inclusão dar-se-á nos moldes da legislação paulista. Como dito anteriormente, existe uma proximidade temporal importante entre o surgimento da própria PMPR enquanto resultado do processo de militarização das polícias em 1970 e a inclusão de mulheres que passa a ser pensada a partir de 1974²⁵. Outra novidade, além do “Policimento Feminino” presente na LOB – Lei de Organização Básica da PMPR, é a criação do “Policimento Montado” a fim de realizar um patrulhamento específico nas áreas verdes que cercam o centro da capital paranaense: mulheres e cavalos irão compor o cenário urbano curitibano em locais distintos.

Reorganizar os aparatos repressivos e controlar os próprios mecanismos repressores e seus ocupantes resulta na construção de legislações específicas às polícias militares dos estados e, no caso paranaense, essa legislação cria um novo “tipo” de policiamento com novos ocupantes no desempenho do exercício da violência legal. A existência concreta de mulheres no interior da instituição será levada à cabo a partir de 1977²⁶. O Comandante Geral da PMPR justifica perante o poder executivo estadual a necessidade e a missão/função das policiais militares a serem incluídas na Corporação:

O Pelotão de Polícia Feminina constituir-se-á no núcleo de uma Unidade Policial Militar Feminina, cujas atividades estarão voltadas ao policiamento ostensivo de **costumes, de menores, de trânsito e nos casos de assistência supletiva à população**, realizados, principalmente, nos **terminais de transporte de massa, nos locais de diversões públicas e nas áreas de grande concentração de pessoas e veículos motorizados**²⁷.

Esse parágrafo, contido no ofício citado, será base de direcionamento das normas e diretrizes que irão

delinear, classificar e localizar espacialmente o primeiro grupo de policiais femininas do Estado do Paraná tal qual a legislação paulista. Delimitação imposta na função ligada a um tipo de policiamento que as aproxima da idéia de moral, de maternidade e auxílio-proteção, colocando-as em espaços de grande alcance visual, não somente da instituição sobre a sociedade, mas principalmente da sociedade sobre a instituição e em funções não militarizadas. Importante ressaltar que ainda no mesmo ofício outro parágrafo acrescenta às funções já declaradas: “além das funções indicadas no parágrafo anterior, as policiais militares poderão ser empregadas com eficácia em **missões especiais de operação de informações**, como apoio às atividades normais de polícia militar”. Oficialmente, nos dias atuais a Seção de Informações, ou 2ª Seção do Estado Maior, incumbe-se da fiscalização interna, investigando denúncias sobre a prática dos policiais militares. Nesse período, no entanto, essa seção tem a função de polícia política.

Os espaços delimitados ao trabalho da policial militar têm por base uma visibilidade seletiva e uma proximidade essencialista, a partir de representações que incidem sobre a policial militar²⁸ que ora a aproximam, ora a afastam de segmentos da população. Podemos visualizar a configuração desses espaços denominados: “espaços para ser vista” e “espaços para ver e ser vista”. Os espaços culturais de lazer urbano se encontram prioritariamente na área destinada à pedestrianização do centro da capital paranaense, levada a cabo a partir de 1971²⁹. Cinemas, teatros, museus, exposições e também as bibliotecas são espaços simbólicos de distinção entre grupos, tendo por base o volume respectivo de seu capital cultural. Espaços prioritariamente pensados para visibilizar uma presença edulcorada do Estado com a utilização da imagem feminina, que basicamente não intervém no ambiente como ordenadora, mas sim como uma demarcação edulcorada do Estado. O Terminal Guadalupe de transporte urbano de Curitiba, local de confluência principalmente dos operários que residem

²⁵Em 1976 é aprovada a LOB – Lei de Organização Básica da PMPR a qual cria a possibilidade de existência do Policiamento Feminino. PARANÁ. Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná – LOB n.º. 6674, de 08 de janeiro de 1976.

²⁶PARANÁ. Decreto Lei n.º. 3238, de 19 de abril 1977. Criação do Pelotão de Polícia Feminina.

²⁷Ofício n.º. 273/77 do Comando geral da PMPR que acompanhava anteprojeto de Decreto. Arquivo da 1ª. SEÇÃO/PMPR. Arquivo da 1ª. Seção do Estado Maior da PMPR.

²⁸POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz n.º. 029/77 - Diretriz n.º. 046/77. CFAP; Diretriz n.º. 048/77. Diretriz n.º. 076/79

²⁹Em 1971, Jaime Lerner implementa o Plano Diretor, promovendo mudanças no espaço físico da cidade e nos costumes da população. Cria e define os limites do chamado Setor Histórico, bloqueado ao tráfego, privilegiando-se a circulação de pedestres. Mesas, cadeiras e pessoas ao invés de carros. Disponível em: < http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/curitiba/ruaxv/linha_tempo/index.htm >. Acesso: 20 out. 2006.

na região metropolitana, mesmo que com grande volume de circulação de pessoas, não era nesse momento um espaço focado à visibilidade estatal que se pretende humanizadora.

Como parte de construção do processo da entrada das mulheres na PMPR, esse grupo é apresentado como recepcionistas e representantes da cidade humana³⁰, e no interior da corporação policial militar como gestoras dos rituais burocráticos:

[...] tinha inauguração... o comando convocava todo esse pelotão [...] era aniversário da cidade, esse pelotão era convocado, e os desfiles de um modo geral aqui na capital nós íamos a todos, porque nós os enfeitávamos, nós enfeitávamos a festa do dia [...] nós éramos muito aplaudidas³¹.

Curitiba nesse momento configura-se como imã para migrantes. Momento de intensa urbanização, a transição rural-urbano se completa no Paraná nos anos 1980³². Para o período que ora nos interessa, sobre os índices nacionais de urbanização, Santos afirma que “somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa comparável ao que era a população total urbana em 1960”³³ e assinala que as perdas mais importantes de população rural entre 1970 e 1980 ocorreram nos Estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo, estimando menos de 1.268.659 pessoas na zona rural no caso paranaense.

Os discursos utilizados pela PMPR, presentes tanto na legislação, quanto expressados verbalmente nos eventos oficiais, aludem à idéia de crescimento da população e junto a ela a idéia de crescimento da marginalidade³⁴. Para Oliveira, a elite dirigente de Curitiba, preocupada com a industrialização, desencadeia a discussão sobre o planejamento urbano: “[...] percebe-se uma inequívoca opção por uma política de planejamento orientada para a construção

de um cenário o mais favorável possível à realização dos interesses do capital industrial em geral”³⁵. A política de planejamento urbano é propiciada pela instalação da ditadura militar. O mesmo autor enfatiza que os militares se esforçam em implementar um projeto de planejamento urbano para sanar problemas das metrópoles brasileiras, criando instituições como: BNH (Banco Nacional de Habitação); EBTU (Empresa Brasileira de Transporte Urbano) e o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Nelson Rosário de Souza acrescenta que:

A modernização urbana de Curitiba se fez num contexto nacional de ascensão das forças burocrático-militares e de fortalecimento da ideologia do planejamento racional e, especialmente, da crença no poder da Arquitetura e do Urbanismo no ordenamento do espaço e na (trans)formação do comportamento das camadas mais pobres da população³⁶.

O pensamento norteador encetado à capital paranaense, denominado de “Urbanismo Humanista”, incorporou da abordagem modernista tradicional, segundo a idéia de um espaço funcional, separado por atividades, residencial, industrial ou comercial, e interligado por vias rápidas de circulação. Ao mesmo tempo em que defende personalizar a cidade e preencher os espaços públicos com pessoas, através do enfoque à melhoria do transporte coletivo em detrimento do particular. A idéia de cidade humana que se configura na pedestrianização³⁷ do centro, preservação do centro histórico, vias estruturais com o sistema trinário³⁸, criação da cidade industrial e expansão dos parques e áreas verdes.

Para Fernando Garcia³⁹:

Curitiba foi eleita, a partir daquele período a mais genuína “expressão do milagre” em sua

³⁰ OLIVEIRA, Dennison. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

³¹ Entrevista 2A. Curitiba: 13 mar. 2007. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete. (56 min.).

³² Oliveira apresenta os seguintes dados sobre a participação relativa dos setores da economia na geração de renda interna estadual: em 1970, a agricultura apresentou 25,17%, a indústria 16,62%, e o setor de serviços 58,21%; em 1980, passaram para respectivamente 18,53%, 28,07% e 53,40%. OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: Ed. da UFPR. p. 13.

³³ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 29-30.

³⁴ A população do Estado não apresenta aumento significativo devido às migrações para as novas fronteiras agrícolas. OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização ...*, op. cit. O que nos discursos da PMPR é visto como crescimento da população, na verdade refere-se ao aumento da população urbana.

³⁵ *Ibidem*, p. 65. Para Souza, o debate atual sobre planejamento urbano afirma que as vanguardas urbanistas foram facilmente assimiladas pelo capitalismo e institucionalizadas sendo absorvido pelas forças produtivas vigentes. SOUZA, Nelson Rosário de. *Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade*. Revista Sociologia Política, Curitiba, n. 16, 2001.

³⁶ SOUZA, Nelson Rosário de. *Planejamento urbano...*, op. cit.

³⁷ Transformação das vias principais do centro da cidade em vias para pedestres. *Idem*, p. 50.

³⁸ O sistema trinário de vias tem ao centro uma canalé exclusiva para o ônibus expresso, ladeada por duas vias de tráfego lento, em sentidos opostos. Paralelamente foram criadas duas ruas de tráfego rápido.

³⁹ GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo, política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997. p. 27.

versão urbana. A prática de planejamento tecnocrático do Estado centralista autoritário que incorporou agudamente a ideologia da racionalidade e da neutralidade da ação planejadora que encontrava no projeto de modernização urbana curitibano, a mais concreta expressão dos projetos de desenvolvimento capitalista pretendido para o país [...] o quadro político nacional foi, naquele período, extremamente favorável à instauração e agilização da intervenção planejadora.

O projeto da Curitiba “cidade humana” vem ao encontro da representação construída acerca do processo de inclusão de mulheres na PMPR. Uma mulher policial militar detentora de um poder humanizador e civilizatório, circulando em espaços de visibilidade destinados culturalmente às camadas médias desempenham o policiamento que “cuida, orienta e protege”.

Outra mudança ensejada no período diz respeito ao novo comando da Polícia Feminina de São Paulo. A partir de 1971, é enfatizada nos reportagens oficiais a imagem materna da nova comandante que viria substituir a Cel. Hilda Macedo, comandante das policiais desde 1955.



Foto 6: maio de 1971
Acervo Museu e Biblioteca de Polícia - PMSP

Essa ênfase na vida pessoal da nova comandante sempre acompanhada de seus filhos ou de filhos de outros, destoa da imagem da comandante anterior Hilda Macedo, a qual solteira e sem filhos, aparecia sempre uniformizada lado a lado de homens detentores de altos cargos políticos ou militares. No acervo da PMSP consta somente uma fotografia de Hilda Macedo à paisana e nenhuma relativa a sua vida

pessoal.

É bom lembrar que, no caso paranaense, transgressões à imagem legalmente construída sobre “mulheres” e “mulheres policiais” são verificadas assim que se inicia o trabalho na rua:

Em São Paulo ainda que pesasse ter Coronel e subordinados o trabalho delas era assistência social e informação: assistência e informação. Nós, já de início, nós nos revelamos, nós reclamamos⁴⁰.

A arma para nós era novidade, fazia bem, a gente achava bonito, a gente queria estar trabalhando armado, se não dessem arma para nós naquela época, a gente se revoltava, a gente queria todos os acessórios... porta isso, porta bloco, nós queríamos tudo [...] na época a gente não aceitava só isso, tanto é que foi muito pouco tempo, aquela duplinha de duas policiais, entro da rede ferroviária e fazendo um policiamento ostensivo, e preventivo [...] a gente exigia muito mais... depois a mulher já foi empregada, em rádio patrulha, no trânsito, Copom, Hospital da Polícia Militar, Presídio e tantos outros...⁴¹

Revelar-se significa questionar o modelo paulista, ao menos na lembrança, o que será comum ao grupo que aos poucos busca identificar-se como mais “operacional”. O armamento negado agrega o poder simbólico da virilidade e é exigido pelo grupo, pois a rua se configura como um local de perigo. Querer estar de posse do armamento, ainda que na bolsa, significa pensar-se como policial militar operacional. Um grupo que se utiliza do discurso de inclusão, que as visualiza como agentes totêmicos humanitários, tentando firmar-se como policial militar, abarcando o que se diz de si (feminino) e o que pretende agregar (masculino): uma mulher-fronteira⁴².

Aplaudidas nos desfiles, presentes nas manchetes e fotos dos jornais, configura-se uma imagem ambígua da mulher policial militar, que sob tutela interna do olhar hierárquico, de idosos e crianças, permite-se ficar entre flores e armas: para a população e para a instituição. Nesta última, ocultamente na construção de si como policial militar. O uso do armamento pelas mulheres no interior do quartelamento avilta sobremaneira o pensamento militar, ao mesmo em

⁴⁰Entrevista 4A2. Curitiba: 28 set. 2006. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. 1 microcassete (45 min.).

⁴¹Entrevista 2A. op. cit.

⁴²Ver MOREIRA, Rosemeri. *Entre o escudo de Minerva...*, op. cit.

tempo que este ideal passa a ser adotado pelas policiais.

Nas operações repressivas de grande vulto é possível detectar também a atuação das policiais, como no caso de ações da Operação Bandeirantes - OBAN⁴³. Segundo fontes que constam do arquivo do Dops de São Paulo, a guarda de três crianças (dois meninos de sete e seis anos e uma menina de quatro meses) fora entregue a Polícia Feminina, o que parece ser uma prática corriqueira na situação de combate à subversão. Nas palavras de Waldir Coelho: “(...) agradecimentos da Operação Bandeirante pela valiosa cooperação emprestada naquela emergência, solucionando carinhosamente um problema para o qual não tínhamos meios nem experiência”⁴⁴. Ter a guarda não significava estar sob o cuidado das policiais, mas sob sua responsabilidade, sendo as crianças encaminhadas a “Casa de Plantão” do Juizado de Menores e lá permanecendo por cerca de vinte e um dias. A invocação recorrente feita pelo militares, do exército ou não, da utilização da “experiência” das policiais mulheres nos parece menos voltada para o cuidado concreto com relação às crianças, mas como uma justificava pacificadora aos demais interessados no destino das crianças: familiares e advogados dos presos políticos.

Outra prática que parece ser costumeira transparece no depoimento de Elzira Varela a qual relata⁴⁵: “(...) Outra coisa que acontecia era a clandestinidade dentro da prisão. O tempo todo eles colocavam mulheres espãs na nossa cela. Elas chegavam, contavam histórias que não faziam sentido e iam embora. Então você não podia falar em lugar nenhum, conversar com ninguém.” Como o Exército não possuía mulheres em seus quadros nesse período, nos parece bastante provável que essas “espãs” fizessem parte da Polícia Militar. Maria Amélia de Almeida Teles relata também a presença mulheres vestidas de roupa cáqui no interior da prisão, as quais sempre “ficavam sozinhas em uma salinha”⁴⁶. Esses depoimentos são indicativos iniciais de uma pesquisa que necessita ser aprofundada, que é a participação de mulheres, policiais ou não, como agentes ativos na

repressão política.

O reforço de gênero na construção da imagem da policial militar, faz parte das práticas repressivas duplamente: ao se contrapor/sobrepôr e impor às mulheres policiais a contenção de si, com base num ideal de feminino, e principalmente pela utilização dessa imagem pelas corporações policiais na construção de uma auto-imagem humanitária no contexto ditatorial.

Importante lembrar ainda que não obstante o crescente distanciamento e autonomia das Polícias Militares em relação ao Exército, proveniente do período de redemocratização, toda a legislação citada continua em vigor. As polícias militares, no que se refere ao seu controle e coordenação, continuam subordinadas ao Ministério do Exército, e no que diz respeito a sua orientação e planejamento, estão vinculadas às secretarias de segurança dos estados.

Além das questões relativas a estrutura organizacional, a cultura policial permanece voltada a exaltação do viés bélico mesmo que externamente se invista na construção de imagens voltadas a prevenção e auxílio. No interior da caserna o trabalho operacional é considerado mais nobre, pois “as atividades de confronto são identificadas como o verdadeiro trabalho de polícia”⁴⁷, mesmo que para a população em geral, a imagem humanitária e assistencialista das Polícias seja exaltada. A redemocratização permanece como algo inacabado, no que tange as organizações policiais e sem levar em conta as idealizações presentes nas categorias “mulheres” e “homens” penso ser importante discutir a prática das e dos policiais militares e como as relações de gênero no interior da caserna afetam esse processo de reconstrução/construção de uma Polícia não mais voltada ao modelo da segurança nacional, mas ao modelo de segurança pública.

Artigo recebido em 24/06/2009 e aprovado em 25/08/2009.

⁴³Ver JOFFILY, Mariana Rangel. *No centro da engrenagem*. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de doutorado. USP-2007.

⁴⁴MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. II Exército. 2ª Divisão de Infantaria / São Paulo. Ofício n. 67/69-OB, de 15 de outubro de 1969. DOPS. Documentos digitalizados gentilmente cedidos pela Dra. Mariana Joffily.

⁴⁵VARELA, Elzira. Entrevista em 02/04/2004. Disponível em <http://agenciartamajior.uol.com.br/>. Acesso em: 20 fev 09.

⁴⁶Em depoimento no Colóquio Internacional Gênero, Ditadura e Feminismos no Cone Sul. GT- Gênero e Práticas Repressivas.

⁴⁷SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 76.